

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DE HISTÓRIA REGIONAL

**Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira**

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

O novo número da Revista *Veredas da História* tematiza a História Regional. A questão abordada certamente não é nova. Ao contrário, coloca-se para os historiadores brasileiros pelo menos desde 1843, quando o bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), no texto seminal da historiografia brasileira, lançou o anátema sobre as histórias das provinciais, escritas em separado:

Elas abundam em fatos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; contudo, não satisfazem ainda as exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem demais de certo espírito de crônicas. [...] O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província, ou relacionar fatos de nenhuma importância histórica, que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados, etc. [...] Tudo isso deverá, segundo minha opinião, ficar fora.<sup>1</sup>

Felizmente, para a diversidade da historiografia nacional e em prol do direito à História dos milhões de brasileiros residentes nas áreas distantes dos centros de poder, os amantes de Clio não seguiram escrupulosamente o conselho do ilustrado autor de *Como se deve escrever a História do Brasil*. Contudo, o *status* da História Regional se manteve como uma preocupação dos historiadores, merecendo especial destaque nas batalhas historiográficas travadas ao longo dos últimos trinta anos.<sup>2</sup>

---

1 MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 219, abr./jun. 1953, p. 202.

2 Cf. GEBARA, Ademir *et al.* *História Regional: uma discussão*. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1987; SILVA, Marco Antonio (Coord.). *A República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo;

Neste sentido, *Veredas da História* empresta mais uma contribuição ao secular debate acerca das possibilidades e dos limites da História Regional publicando este dossiê, composto por cinco artigos, apresentados nos parágrafos que se seguem.

No primeiro texto, o Prof. Dr. José Jorge Andrade Damasceno aborda a escrita da História da cidade de Alagoinhas, estado da Bahia. O autor destaca que, desde os finais do século XIX, a cidade atraía a atenção de viajantes, a exemplo de Durval Vieira de Aguiar (Durval Vieira de Aguiar (1849-1900), Euclides da Cunha (1866-1909) e Rui Barbosa (1849-1923). A condição de entroncamento ferroviário e de entreposto comercial da região também colocou Alagoinhas sob olhares atentos e argutos de escritores, que produziram as mais diversas impressões sobre a urbe, acabado por alçá-la à condição de objeto de descrições e reflexões perpetuadas em obras memorialísticas como as de Salomão Barros (1899-1986), Maria Feijó (1918-2001) e Joanita da Cunha Santos (1920-). Ademais, o professor Jorge Damasceno esboça um balanço provisório dos trabalhos acadêmicos (de graduação e pós-graduação) que se lançaram ao desafio de uma escrita da história de Alagoinhas, realizando a necessária operação historiográfica problematizadora das elaborações da memória social.

Em seguida, o artigo de autoria da antropóloga Marise de Santana, da graduanda em História Graciela Souza Almeida e da bióloga Adriana Silva Barbosa discute a utilização plantas medicinais da cultura afro-brasileira pelos moradores da comunidade da Fazenda Velha, no município de Jequié, estado da Bahia. A partir de uma abordagem interdisciplinar, os dados obtidos na pesquisa permitem afirmar que aspectos culturais, históricos e religiosos influenciam no uso de plantas medicinais pelos moradores da Fazenda Velha. Ademais, os resultados e as conclusões do trabalho evidenciam o papel sagrado e as funções terapêuticas desempenhadas pela ervas na referida comunidade, considerando o valor simbólico atribuído às plantas na Fazenda Velha e as atividades biológicas relacionadas aos princípios ativos que os vegetais citados pelos participantes da pesquisa possuem.

O terceiro texto é de responsabilidade do mestrando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí João Paulo Peixoto Costa. Em linhas gerais, Costa analisa um processo ocorrido na capitania do Ceará, que transitou da situação de uma “seara

---

Recife: Cortez; Massangana, 1999; OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina dos (Orgs.). *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010.

indígena”, registrada durante quase todo o período colonial, para o enrijecimento das políticas populacionais do final do século XVIII e início do XIX, que transformaram a região em um espaço cada vez mais disciplinado e monitorado, um “não-lugar” para os indígenas. Conforme destacou o autor, os antigos donos do Ceará, inseridos em nova realidade, não agiram pacificamente frente às ações governamentais destas ações governamentais reinventaram as suas vidas em um dos “confins” do império português.

O artigo de autoria do historiador Josivaldo Pires de Oliveira discute a criminalização do candomblé, tomando como premissa a repressão às práticas de cura afro-brasileiras, genericamente denominadas “curandeirismo”. Para tanto, considera um processo criminal movido contra a curandeira Maria Carolina da Cruz (“Lina”), acusada de causar a morte de quatro pessoas em um terreiro de candomblé, localizado no distrito de Almas, atual município de Anguera, na região de Feira de Santana, Bahia, em agosto de 1904. A partir da análise da documentação produzida e considerando o campo das relações de poder vigentes no período, Oliveira conclui que “Lina” foi incurso no artigo 158 do Código Penal Brasileiro e o candomblé, mais uma vez, citado em um processo criminal que, nas entrelinhas, insinua ser o culto afro-brasileiro um *locus* de criminalidade, ou, pelo menos, de transgressão.

Finalmente, Maria da Conceição Moreira Barreto Raimundo, mestre em Educação e Cultura pela Universidade Federal de Santa Catarina, discute as transformações que marcaram a vila de Imbituba, no Sul de Santa Catarina, durante a administração do empresário Henrique Lage (1881-1941), no início do século XX, caracterizada pela ênfase no progresso, nas obras de infraestrutura e na modernização. No corpo do trabalho, a autora enfatiza a reconstituição da memória, a transformação e a emergência de uma Imbituba moderna, resultado de iniciativas como o planejamento e arruamento, o desenvolvimento no setor portuário, o transporte ferroviário, as obras para o embarque do carvão, a construção da vila operária e outras benfeitorias.